



Álvaro Pereira do Nascimento, **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Os antecedentes da Revolta da Chibata

por *Claudia Antunes*

A história vista de baixo, sob a ótica das estratégias populares para driblar ou mesmo transformar em lucro as situações adversas, é o sentido que percorre "A Ressaca da Marujada - Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial", livro que pretende levantar os antecedentes, na Marinha, da Revolta da Chibata, já no período republicano, em 1910.

Apresentada como tese de mestrado na Unicamp, a obra do historiador Álvaro Pereira do Nascimento, 37, foi premiada pelo Arquivo Nacional em 1999 e editada no ano passado.

Usando como fontes boletins policiais e processos submetidos ao Conselho de Guerra da Armada, Nascimento conclui que a rebelião comandada pelo marinheiro de primeira classe João Cândido Felisberto não foi um acontecimento isolado. Ao contrário, ela foi precedida de um clima de inquietação constante entre a marujada, na época do Império, e de pelo menos três rebeliões em navios de guerra depois de 1889.

O mais interessante, porém, é que as fontes usadas por Nascimento desvendam a mistura de atração e de repulsa exercida pelo serviço militar nos marinheiros, que naquela época vinham dos estratos mais desfavorecidos da sociedade -ex-escravos, filhos de escravos e uma minoria de brancos muito pobres.

Ao mesmo tempo em que eram submetidos, na Armada, a um regime draconiano de disciplina, com castigos corporais constantes, esses homens viam no alistamento ou no recrutamento forçado (usado pela polícia para "limpar" as cidades de desempregados e de infratores) "caminhos para conquistarem suas liberdades". Uma vez em serviço, eles não abriam mão, mesmo sob punição física, dos "valores e costumes construídos nas ruas" -a turma, as mulheres, a bebida-, o que os levava a infringir as regras da oficialidade.

"A Ressaca da Marujada" está dividida em três partes. Na primeira, a partir do processo a que foi submetido em 1873, no Conselho de Guerra, o oficial José Cândido Guilhobel, Nascimento descreve a prática do "tribunal do convés". Numa analogia com o que chamaria hoje de "tribunal do camburão", o historiador mostra como, nos navios do Brasil imperial, os oficiais julgavam e puniam, passando por cima dos códigos escritos de Justiça.

Num caso que Nascimento considera atípico, Guilhobel foi levado a julgamento (e absolvido) por submeter um marinheiro a 500 chibatadas de uma só vez, quando o máximo permitido eram 25 chibatadas por dia. Em sua defesa, o oficial argumentou: "Será lógico e justo que eu responda por aquilo que já encontrei como praxe a bordo dos navios de guerra?"

Na segunda parte, o historiador mostra como era feito o alistamento no século 19. À falta de voluntários, prevaleciam o recrutamento forçado, feito pela polícia, e o arrolamento de menores, que passavam antes por escolas de aprendizes. O serviço militar era considerado um castigo, mas Nascimento enumera casos em que homens presos por "arruaça" optavam pelo alistamento, para escapar da cadeia.

Na última parte do livro, dedicada aos tempos conturbados que marcaram a Abolição e a transição para a República, Nascimento mostra como os marujos usaram o "privilegio" da farda para acertar contas, nas ruas do Rio, com policiais repressores. O historiador ressalta que os marinheiros não se movimentaram em prol da monarquia, apesar de a corrente majoritária da historiografia destacar a simpatia dos negros pela família imperial.

Eufóricos, no segundo dia da República, com o decreto que aboliu os castigos corporais na Armada, os marujos logo se sentiram traídos por uma medida que, cinco meses depois, restabeleceu essas punições.

Portadores de uma nova consciência política, eles deram início a uma série de motins, culminando com a revolta liderada pelo "almirante negro". Nela, cita Nascimento, os marinheiros não reclamavam somente o fim da chibata, mas "os direitos sagrados que as leis da República nos facultam" -e que ainda deve a muitos de seus cidadãos.

Claudia Antunes
da Sucursal do Rio

*Publicada na Folha de S.Paulo, 09/fev/2002.